

**Público**

19-11-2017

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Economia**Dimensão:** 1758 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/16/17

Pais do Amaral suspeito de desviar dois milhões de euros

Ministério Público diz que presidente do grupo Media Capital é suspeito de ter desviado verba das suas empresas em benefício pessoal. Negócio envolve Carlos Santos Silva, amigo de José Sócrates **Economia, 16/17**

Pais do Amaral suspeito de desviar dois milhões em benefício pessoal

Empresário pagou dois milhões a empresa de Carlos Santos Silva alegadamente por lhe terem sido apresentados os sócios de uma outra sociedade, que veio a comprar

Operação Marquês Mariana Oliveira

O empresário Miguel Pais do Amaral, presidente do conselho de administração do grupo de comunicação Media Capital, é suspeito de ter desviado dois milhões de euros das suas empresas em benefício pessoal e "sem qualquer manifesto fiscal". Quem o diz é o Ministério Público numa das 15 certidões da *Operação Marquês*, em que os sete procuradores que assinam o despacho final do processo precisam que vai continuar a investigação àquele empresário e ao amigo do ex-primeiro-ministro José Sócrates, Carlos Santos Silva, pelos crimes de fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais. Tal vai ocorrer num inquérito-crime autónomo.

O nome do antigo administrador da PT, Rui Pedro Soares, que foi acusado no processo Taguspark, mas acabou absolvido, também aparece neste caso. Em causa no novo processo está uma série de negócios que começam com a compra dos direitos de transmissão televisivos da Liga de futebol espanhola em Dezembro de 2010, por parte de uma empresa fundada pelos pais do ex-administrador da PT e que tinha como gerente o seu irmão Carlos. O nome de Rui Pedro Soares nunca aparece associado a esta empresa, em que a sua mulher e o irmão chegam a ter, cada um, 21% do capital social.

A 21 de Dezembro de 2010, a tal sociedade – chamada Worldcom Comunicações, Lda –, constituída onze dias antes, compra por 2,5 milhões de euros os direitos de transmissão televisivos da Liga de futebol espanhola e da Taça do Rei a uma empresa espanhola. Nessa altura, Santos Silva ainda não tinha qualquer relação com a Worldcom. Passará a ter menos de um mês depois, quando, através de uma sociedade anónima que adquirira em Outubro – a Walton Group – faz um contrato de pro-

messa para comprar 42,5% daquela sociedade. O contrato é assinado a 17 de Janeiro de 2011, o dia em que o próprio Carlos Santos Silva emite um cheque de 750 mil euros em nome da sociedade espanhola que vendera os direitos televisivos. É na realidade Santos Silva que paga a totalidade dos direitos televisivos, assegurando em meados de Maio desse ano a emissão de um segundo cheque de 1,75 milhões à sociedade espanhola. A Worldcom regista estes pagamentos como empréstimos.

Menos de duas semanas após ter acabado de pagar os tais direitos televisivos, os sócios da Worldcom – a mulher de Rui Pedro Soares, o irmão deste, e a Walton Group – vendem as quotas na empresa a uma sociedade que tinha como gerente Miguel Pais do Amaral. O empresário, que é dono da Leya e actualmente presidente da Media Capital, adquire desta forma os direitos da Liga de futebol espanhola, através da *holding* Partrouge. Não pelos 2,5 milhões, cujo pagamento tinha sido concluído uns dias antes, mas por seis milhões de euros.

A primeira tranche desse montante, quase 2,7 milhões, é feita a 23 de Maio por um cheque depositado numa conta pessoal de Carlos Santos Silva. O restante montante em dívida não terá chegado a ser pago, o que provocou um diferendo entre os antigos sócios da Worldcom e Pais do Amaral, que este venceu nos tribunais. Mas nesse dia 23 de Maio registam-se outras transacções entre os mesmos intervenientes. Nesse dia, Pais do Amaral celebra um contrato com a antiga sócia da empresa que comprara, a Walton Group, comprometendo-se a pagar dois milhões de euros àquela sociedade detida por Santos Silva.

A justificação referida pelo Ministério Público é estranha: o montante visa compensar o facto de os representantes daquela sociedade o terem apresentado aos restantes sócios da empresa que comprara os direitos televisivos, o que lhe tinha permitido



Processo investigado pelo Ministério Público envolve a compra de direitos televisivos do futebol em Espanha

Empresário diz que tudo não passa de um "equivoco"

O empresário Miguel Pais do Amaral garante que as suspeitas do Ministério Público resultam de um "equivoco" e garante que pagou todos os impostos que lhe eram devidos. Sublinha que nos últimos anos as empresas envolvidas nestes negócios foram sujeitas a uma inspeção da Autoridade Tributária e que não foi feita nenhuma correcção em sede de IRC. Admite apenas que foi realizada uma correcção em sede de IVA, que está a ser contestada nos tribunais, e foi motivada pelo facto de a empresa espanhola que vendeu os direitos televisivos à

Worldcom não estar inscrita para pagar IVA naquele país, como tinha dito que estava. Como não chegou a ser pago o IVA da transacção em Espanha, a Autoridade Tributária exigiu esse montante à empresa adquirida por Pais do Amaral.

Questionado pelo PÚBLICO, sobre que impostos o dono da Leya tinha pago relativamente a estes negócios a título de rendimentos pessoais, um seu colaborador especializado em contabilidade explicou que não foi paga qualquer quantia porque a mesma não seria devida. Isto porque o que Pais do Amaral recebeu foi entregue a título

de devolução de empréstimos que tinha feito à sua empresa Alfacompetição. Esta sociedade é usada pelo empresário para financiar aquilo que o próprio apelidou como um *hobby*, nomeadamente a participação de Pais do Amaral em competições automobilísticas, como as 24 Horas de Le Mans, onde já é um "habitué".

O actual presidente do conselho de administração da Media Capital garante igualmente que os contratos efectuados foram reais e não fictícios, como acredita o Ministério Público. No entanto, o seu colaborador fiscal não conseguiu precisar

“As referidas operações e documentos foram realizados para ocultar o verdadeiro destinatário dos montantes em causa

Ministério Público

NUÑO FERREIRA SANTOS

comprar a tal Worldcom. A *holding* Partrouge Media, representada por Pais do Amaral, passa um cheque de dois milhões à sociedade de Santos Silva, mas o dinheiro não chega sequer a ser depositado nas contas da Walton Group. O cheque é endossado a favor da sociedade anónima Alfa-competição, também representada por Pais do Amaral. A transferência é justificada com a prestação de serviços de marketing relativos à divulgação de marcas comerciais em competições automobilísticas ou provas

equestres. Mas o Ministério Público acredita que foi antes um esquema para Pais do Amaral conseguir desviar dois milhões de euros.

“Indicia-se que através das referidas operações e da elaboração e utilização dos referidos documentos foi feita circular, entre sociedades que Miguel Pais do Amaral controlava e detinha, a quantia de dois milhões de euros em seu benefício patrimonial pessoal, sem qualquer manifesto fiscal”, lê-se na certidão consultada pelo PÚBLICO no Departamento Cen-

tral de Investigação e Acção Penal. E acrescenta-se: “Mais se indicia que as referidas operações e documentos foram realizados e elaborados para ocultar o verdadeiro destinatário dos montantes em causa.”

Ainda a 23 de Maio, Pais do Amaral declara uma dívida de 250 mil euros à RMF Consulting, empresa detida e controlada por um colaborador de confiança de Santos Silva. No início de Junho, o dono da Leya emite um cheque de 250 mil euros em nome dessa sociedade. A verba, quer atra-

vés de levantamentos em dinheiro vivo quer através de pagamentos feitos através do tal colaborador, “viria a entrar na esfera de Carlos Santos Silva”, sustenta o Ministério Público. “Indicia-se que o referido montante de 250 mil euros mais não é que uma retribuição paga por Miguel Pais do Amaral a Carlos Santos Silva, a qual não foi declarada em sede fiscal”, lê-se no despacho final da *Operação Marquês*.

mariana.oliveira@publico.pt

EUROIMAGES



quais as marcas comerciais que terão sido divulgadas em competições automobilísticas, como a das 24 Horas de Le Mans, o que levou a empresa Walton Group, de Carlos Santos Silva, a pagar dois milhões de euros à empresa de Pais do Amaral. Isto associado ao facto de não ser conhecida nenhuma marca comercial da Walton Group, uma empresa sem funcionários. A advogada de Carlos Santos Silva, Paula Lourenço, optou por não fazer qualquer comentário a estes factos, uma posição que tem assumido ao longo da *Operação Marquês*.